

## Os três acontecimentos das indústrias imobiliária, de bebidas e do carnaval publicados como notícia em A Tarde, na Bahia<sup>1</sup>

Mary WEINSTEIN<sup>2</sup>

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, BA

### RESUMO

Este estudo revê acontecimentos que geraram notícias, no jornal A Tarde, em Salvador, apesar da carga de conflito que tinham em relação a interesses da própria empresa de comunicação, por serem originários de três das indústrias que mais anunciam - setor imobiliário, bebidas e carnaval. O primeiro sobre a instalação de um *trailer* para venda de apartamentos, interceptando a passagem de pedestres; o segundo sobre um quiosque montado na praia por uma cervejaria para emprestar artigos esportivos a banhistas; e o terceiro sobre a construção de um camarote de carnaval na areia de outra praia. Todos os casos eram de ocupação do espaço público urbano, sem interferência nem autorização da administração pública. Os acontecimentos foram redirecionados a partir das coberturas promovidas. Teoricamente, partimos da discussão sobre acontecimento e notícia, passando pelo entendimento de cidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** jornalismo; notícia; acontecimento; Salvador; A Tarde.

### Introdução

Le Corbusier (1971) costumava misturar arquitetura com pensamentos de personalidades como Proudhon e Balzac. Disse que este último respirara, em Paris, os séculos acumulados entre suas muralhas. Walter Benjamin (1991) se refere a esta cidade e a este autor, ao explicar sobre o *flâneur*. Certamente que para se compreender a cidade é preciso respirá-la, percebê-la. Também, o acontecimento no espaço público depende da interpretação feita com a devida proximidade para que seja reconhecido como potencial notícia para um determinado lugar, tornando-se assim um “acontecimento jornalístico” que “ilustra a natureza da sociedade contemporânea” (BERGER, TAVARES, 2010, p. 122). Neste trabalho, o nosso intuito é justamente discutir a produção de notícias sobre a cidade, a partir dos *frames* (GOFFMAN, 1974; TUCHMAN, 1983, 1999) utilizados pelo repórter para endereça-las ao seu público, à instância do destinatário (RODRIGO ALSINA, 2009; DALMONTE, 2009). A *saliência*

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Jornalismo Impresso, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação,

<sup>2</sup> Professora adjunta da Graduação em Jornalismo e da Pós-graduação em Ensino, da Uesb, e coordenadora do grupo de pesquisa Jornalismo, Cidade e Patrimônio Cultural, e-mail: [mary.weinstein@uesb.edu.br](mailto:mary.weinstein@uesb.edu.br)

---

(CHARAUDEAU, 2006) identificada pelo repórter pode se transformar em *saliência* (MCCOMBS, 2009) no agendamento da mídia. Não trataremos dos efeitos das notícias sobre os leitores, e sim da contextualização do acontecimento transformado em notícia e do desfecho propiciado pelas publicações no jornal impresso, sem deixar de relacionar esparsa e comparativamente algumas correspondências com o meio digital. Imprescindível mencionar que foram pinçados três casos que se apresentam como amostras de ações de três indústrias distintas ativas no mercado, que estão presentes no cotidiano da cidade em questão, que são o setor imobiliário, de bebidas e do carnaval.

Misto de relato e análise, de uma observadora participante, este trabalho localiza uma cidade que vem passando por um processo de ameaças, voluntárias ou por descuido, à sua integridade, há várias décadas, tendo sido a maior parte delas concretizada. Verificaram-se mudanças urbanísticas e no patrimônio cultural que precipitaram alterações na qualidade de vida oferecida a moradores. Como exemplo mais vistoso, mas não integrando o *corpus* da nossa análise, citamos o episódio do Edifício La Vue (G1 BAHIA, 7/7/2017), envolvendo o ex-ministro Geddel Vieira Lima, que reverberou e extrapolou a sua região jornalística (SANTOS, 2008). A obra, que acabaria embargada, macularia uma área remanescente da fundação da cidade, situada na antiga Vila do Pereira, hoje bairro da Barra. Interrompida, ainda assim a construção degrada e polui o ambiente porque mantém em exposição o concreto e as vigas de ferro no entorno de cinco objetos tombados pela União e pelo Estado. Se concluída, a edificação interferiria na leitura desses monumentos e influiria na composição do frontispício de Salvador. Assim entendeu o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), incumbido de proteger o patrimônio cultural do país. O caso rumoroso envolvendo ministros de Estado [o da Cultura, Marcelo Calero, que detectou a irregularidade, pediu demissão do cargo] ocorreu em 2016 e acabou tornando-se emblemático ao descortinar uma realidade até então silenciosa, porque dificilmente agendada pela mídia, e, ao mesmo tempo, gritante, uma vez que poderia ser conferida passando-se pelas ruas da cidade.

Embora venham existindo acontecimentos de desrespeito às urbanidades em várias escalas em Salvador, cujos valores-notícia (GALTUNG e RUGE, 1967) confeririam inegável noticiabilidade à maioria deles, vários permanecem, em estado bruto, sem agendamento da mídia, especialmente quando relacionados ao uso do solo urbano. Para ilustrar tal situação, selecionamos três notícias, cujos acontecimentos

originários passariam facilmente sem serem noticiados pela imprensa em geral. Entretanto, foram valorizados e transformados em notícia por um jornal, o A Tarde, pelo ineditismo, pela quantidade de pessoas a que afetavam, pela singularidade e pela proximidade dos assuntos resultantes de ações impróprias e, também, pela proposta do jornal de produzir com autonomia e voltando-se para a cidade. Para que a imanência dos valores-notícia seja reconhecida, os acontecimentos e o jornal que publicou as notícias serão contextualizados. Teremos como sustentação teórica a discussão sobre acontecimento e notícias, com base em Rodrigo Alsina (2009), Berger e Tavares (2010), Shoemaker (2011), McCombs (2009), Tuchman (1983), Park (1967) e Charaudeau (2009), dentre outros.

### **1. Do acontecimento ao jornalismo cotidiano**

O acontecimento pode estar na categoria da ordem ou da desordem, do comum ou do incomum, no cotidiano, mas a percepção e a significância dessa dialética dependem de um sujeito que interpreta o mundo (CHARAUDEAU, 2009) e que irá transformá-lo em notícia ou não, a partir das suas experiências e de um olhar próprio. O jornalista, o enunciador, contará a história (TUCHMAN, 1999) empregando o enquadramento que lhe é possível depreender ao se aproximar do evento. É sobre a relevância que o repórter confere ao acontecimento, identificando seus valores notícias potenciais, a partir do *frame* que escolhe e que consegue visualizar. Há acontecimento que está no cotidiano e que não emergiria como notícia se o repórter não o identificasse como tal. O acontecimento, para Charaudeau (2009, p.95), é “todo fenômeno que se produz no mundo, ora de maneira restritiva como todo fato que está fora da ordem habitual”, ora como a “novidade”, ou até se diferenciando desta, sem que se saiba o porquê. O acontecimento seria algo a se comentar, passando pelo processo de construção de sentido a partir de um sujeito que produz uma enunciação. O acontecimento se impõe ao sujeito em estado bruto, “antes de sua captura perceptiva e interpretativa”.

Tuchman (1983) enfatiza que jornalistas transformam eventos idiossincráticos do mundo cotidiano em matérias-primas que possam ser submetidas a um processo de rotina para a sua disseminação. Haveria uma sincronização entre o acontecimento e sua potencialização como assunto a ser publicado, a ponto de se reduzir a profusão de acontecimentos noticiáveis a serem considerados para consumo. Assim, jornalistas

impõem um marco sobre a vida diária, selecionando o que, dentre os acontecimentos do dia, importaria mais. Os acontecimentos da vida cotidiana são transpostos para o produto informativo. Tuchman acrescenta que ser um repórter profissional é ser capaz de tratar os eventos idiossincráticos conforme tipificações para que estas se integrem às técnicas jornalísticas apropriadas facilitando a transposição do acontecimento para o veículo jornalístico. Seria como ter a capacitação correspondente à função que exerce, profissionalmente. Este é o desafio do jornalista, se aproximar do acontecimento, classifica-lo conforme as tipificações previstas e transformá-lo em notícia. Entretanto, há a possibilidade de que o *frame* do repórter não coincida com o da organização para a qual trabalha (TUCHMAN, 1983). Nos casos que pinçamos, havia momentânea convergência entre o olhar do repórter e a proposta editorial do jornal que publicou a notícia, encontrando nela a possibilidade de se diferenciar e de se aproximar do leitor.

Charaudeau (2006, p. 101-102) se refere a três “operadores da construção do acontecimento midiático”. E postula que, desde que o objetivo da informação nos meios de comunicação é o de “relatar o que ocorre no espaço público”, o acontecimento é “selecionado e construído em função de seu potencial de ‘atualidade’, de ‘socialidade’ e de ‘imprevisibilidade’”. As unidades jornalísticas que compõem o *corpus* deste estudo reportaram acontecimentos que se encaixam na categoria desses operadores identificados por Charaudeau, assim como nos valores-notícias já pontuados.

Os jornais fazem com que seja possível que indivíduos geograficamente distantes saibam uns dos outros e estabelecem uma ordem de importância política das notícias aos seus consumidores (TUCHMAN, 1983). “As pessoas confiam em mediadores para transformar informações sobre bilhões de eventos em um subgrupo gerenciável de mensagens midiáticas” (SHOEMAKER, 2011, p. 11). Portanto, o jornalismo assumia com maior objetividade a incumbência de organizar a profusão de notícias, o que foi reconfigurado na era digital. Somente por esta atribuição, já é possível dimensionar o papel dos jornais na conformação da cultura. Sob os aspectos da imediaticidade e da abrangência, a internet assume um papel mais eficiente e amplo porque compõe uma rede de consumidores praticamente ilimitável e sem espaço físico a ser transposto para ser acessível enquanto possibilita “segmentar o tempo e inserir novos dados a qualquer momento” (DALMONTE, 2009, p. 211).

Com as novas mídias, o consumidor, muitas vezes, não sabe para onde se direcionar, e mergulha em um mar de estímulos, perde tempo fazendo buscas aleatórias

---

ou lê notícias nem sempre relevantes para ele. O papel que o jornal fazia de selecionar o que mais importava agora é feito pelo próprio leitor, zanzando por suas inúmeras fontes de acesso à informação, que muitas vezes não seguem quaisquer padrões, com a estrutura e com o reconhecimento que os meios de comunicação faziam sobre o mundo cotidiano, para dar sentido à experiência, em um esquema classificatório baseado justamente no uso do tempo (TUCHMAN, 1983).

Na enunciação do meio de comunicação, como empresa, a divulgação de notícias segue lógicas e padrões estritamente convencionados. São os *constrangimentos* mencionados por Berger e Tavares (2010) e por Dalmonete (2009). Portanto, é preciso observar o processo de produção e divulgação da notícia, assim como a repercussão que ela poderia ter no jornal e no meio digital em que, agora, não só o jornalismo pode produzir o que passa a ser considerado como “notícia”. Sem que as mídias sociais tivessem tomado ainda o impulso que as colocaram na linha de frente da transmissão de notícias ou acontecimentos, o jornalismo dos meios de comunicação se responsabilizavam por informar seguindo os critérios de valorização que definiam distintivamente (DALMONTE, 2009) cada um deles, conforme o contrato de leitura que estabeleciam. Naquele momento, o repórter se diferenciava do editor e do chefe de reportagem, porque tinha como função principal o cumprir a pauta. Observar o cotidiano e sugerir pautas eram incumbências prevalentes de outras instâncias da hierarquia do jornalismo.

## **2. Cidade sob ameaças e o jornal que a respaldava**

Park (1967, p. 29) diz que “a cidade não é meramente um mecanismo físico e uma construção artificial. Está envolvida nos processos vitais das pessoas que a compõem; é um produto da natureza, e particularmente da natureza humana”, o que o coloca diante do entendimento de memória coletiva (HALBWACHS, 2006), opondo-se à premissa das mudanças urbanísticas em “uma época em que a expansão global do capitalismo busca uniformizar o *design* de tantos produtos e subordinar os diferentes a padrões internacionais” (GARCÍA CANCLINI, 2009, p. 69). Embora Virilio (1993) enfatize a perda das referências da cidade muito em função da abolição das distâncias de tempo proporcionadas pelos meios de comunicação:

(...) referências simbólicas e históricas, com o declínio da centralidade, da axialidade urbanas; referências arquitetônicas, com a perda de significado dos equipamentos industriais, dos monumentos, mas, sobretudo, referências

---

geométricas, com a desvalorização do antigo recorte, da antiga repartição das dimensões físicas” (VIRILIO, 1993, p. 22).

Diante de tantas propostas e práticas de requalificações e revitalizações, recorrentemente feitas pela prefeitura, contando com os serviços prestados de empreiteiras e escritórios de arquitetura, Salvador tem efetivamente vivido uma sucessão de obras que a transformam, de forma significativa, deixando-a repleta de não lugares (AUGÉ, 2012). Desde a década de 1990, houve intervenções em espaços emblemáticos de sua história e para moradores, sob o ponto de vista da memória coletiva: Centro Histórico (1992), Praça da Sé (1998), Largo 2 de Julho (2010), Baixa dos Sapateiros (2012), Barra (2013), Rua Chile (2017), Avenida Sete de Setembro (2018), Largo da Vitória (2019), Terreiro de Jesus (2019), dentre outras. No momento, há vários lugares sob promessas de reformas, a exemplo da Conceição da Praia, Avenida Sete de Setembro, Ladeira da Conceição, Ladeira da Preguiça, Praça Cairu, Praça da Sé, Praça Castro Alves, dentre outros lugares reconhecidos como exemplos do patrimônio cultural brasileiro.

Para contextualizar a questão relativa a essas mudanças prometidas e/ou realizadas nestes espaços remanescentes de outras épocas, é preciso lembrar que Salvador é primacial na construção do Brasil. Foi capital entre 1549 e 1763, condição que lhe deixou um legado cultural e histórico reconhecido e que, como tal, teria que ser preservado, como de interesse nacional. As referências oferecidas por Risério (2004) ilustram os locais que contextualizam os acontecimentos transformados em notícia.

Não era menos visível a existência de fortes e fortalezas. A começar pelo Forte de Santo Antônio, o “forte grande”, na Ponta do Padrão, onde hoje está o Farol da Barra [ver Acontecimento nº 1]. Essa construção – em cujas vizinhanças ficam os fortes de Santa Maria e São Diogo [ver Acontecimento 1 e 2] – deveria ser tomada como exemplo por aqueles que, vindo depois, decidiram se dedicar a exercícios de arquitetura. O que está ali é uma aula de como um prédio pode ser implantar num terreno. (RISÉRIO, 2004, p. 212).

O Pelourinho, conjunto arquitetônico dos séculos 17 e 18, é tombado e reconhecido como Patrimônio da Humanidade pela Unesco desde 1959, tendo sua perimetral sido ampliada em 1986. Entretanto, seus casarões vinham sendo degradados há muito tempo, sendo objeto de estudo e de apelos, em meio ao jogo econômico.

O processo de degradação da área do Pelourinho, área nobre da cidade, é o resultado da crise econômica do século passado e do livre jogo das forças econômicas na dinâmica de transformação que condicionou o tipo específico de crescimento da cidade, causando a desvalorização das zonas de construções antigas. (ESPINHEIRA, 1984, p. 69).

Ao mesmo tempo em que o Pelourinho se degradava, mesmo depois da recuperação anunciada a partir do governo de Antônio Carlos Magalhães (1992-1994), outros espaços que também compunham a memória da cidade eram abandonados e desertificados, sem os serviços básicos de conservação e manutenção, a exemplo do Barbalho, Soledade, Lapinha. Sem proteção legal, casarões ecléticos da virada do século 19 para o 20 eram derrubados em bairros como Graça, Canela, Corredor da Vitória, Barra Avenida e Barra, sendo substituídos por espigões, a exemplo do La Vue, mencionado anteriormente. A especulação imobiliária motivou um pedido de tombamento de 48 imóveis nos bairros da Vitória, Canela e Graça em 1998. Somente em 2003, o Iphan desengavetou esse pedido feito pelo Sindicato dos Arquitetos da Bahia (Sinarq-BA), tombando provisoriamente 12 edificações ao longo do Corredor da Vitória (ESTADÃO, 26/6/2003). Em 2004, o processo de tombamento, depois de duas impugnações propostas por empresas do setor imobiliário e muitas controvérsias, foi arquivado e outros espigões foram construídos ali, sem restrições.

Em consequência da expansão urbana no século 19 e do reposicionamento da moradia em Salvador, na primeira metade do século 20, os bairros foram perdendo velhos costumes de vizinhança. A Barra, de onde provêm as reportagens em discussão, passou a manter com dificuldade o seu comércio com boutiques decadentes que também sofreram com a instalação do Shopping Barra, inaugurado em 1987, repetindo um fenômeno socioeconômico comum em cidades brasileiras. A partir da conjuntura que se consolida desde os anos 1960 e 1970, o setor imobiliário e outros detentores do capital tornam-se cada vez mais influentes em relação aos trâmites administrativos da cidade, podendo pressionar e impor com maior facilidade a aplicação de leis em favor próprio.

Salvador contou com muitos jornais editados localmente. A Tarde permanece, assim como o Correio e a Tribuna da Bahia, nenhum deles com o status e a credibilidade que a Tarde teve até a primeira década dos anos 2000. O A Tarde era uma marca relevante no contexto baiano e a comunidade se ressentia com o seu declínio a partir do fim da primeira década dos anos 2000. Vendido a \$100 réis, seu primeiro número saiu em 15 de outubro de 1912 trazendo na primeira página uma matéria sobre a condição de conservação da Igreja da Ajuda, a primeira da Bahia. O jornal de Ernesto Simões Filho começa com quatro páginas impressas em uma rotativa Marinoni, usada por grandes diários na França. Instalada na Ladeira da Preguiça, a máquina dava o

---

suporte técnico ao novo periódico que, ao ser lançado, “rompeu os padrões tradicionais do jornalismo, introduzindo, na Bahia, uma imprensa moderna, no modelo do A Noite, do Rio” (DHBB, 2001, p. 5649). Em 1930, A Tarde inaugurou sede e máquinas no Edifício A Tarde, na Praça Castro Alves, transformado em 2018 no luxuoso Hotel Fasano. Na década de 1970, o jornal havia se mudado para o bairro do Caminho das Árvores.

A partir de 1999, A Tarde passou a funcionar sem os anúncios do governo do Estado, que deixou de comprar espaço para publicidade institucional, em represália à publicação de matérias sobre desmandos na Polícia Militar e emissão ilícita de documentos nas agências do Serviço de Atendimento ao Cidadão (Sac). A ausência de anúncios do Governo do Estado poderia sugerir o declínio de A Tarde, a exemplo do que ocorreu com o Jornal da Bahia, anos antes, cuja falência foi atribuída a essa tática utilizada pelo ex-governador e ex-senador Antônio Carlos Magalhães. Entretanto, A Tarde sobreviveu para, em 2009, ganhar a ação judicial pela suspensão dos anúncios publicitários. O governo foi condenado a pagar R\$ 10.754.172,08 de indenização, mais juros e correção monetária (WEINSTEIN, 2011).

Em 1992, ano em que as obras de recuperação do Centro Histórico de Salvador são iniciadas, havia o Correio da Bahia (1978 até hoje), pertencente à família do então governador do Estado, Antônio Carlos Magalhães, a Tribuna da Bahia (1969 até hoje), o Jornal da Bahia (1958-1994) e o efêmero Bahia Hoje (1993-1997). Somente o Jornal da Bahia publicou questionamentos sobre a retirada de moradores desde o início da empreitada da recuperação do Centro Histórico, sem se deixar influenciar pelos *releases* preparados pelas assessorias do governo (WEINSTEIN, 2011).

### **3. A cidade como notícia e os três acontecimentos**

A cidade é um baú de notícias, tendo os assuntos, em sua maioria, uma periodicidade cíclica. Nos meses de chuva, os desabamentos e alagamentos ganham as manchetes. No carnaval, os enredos, os desfiles, os blocos invadem a primeira página. Durante as eleições, os passos dos candidatos são agendados. Há, portanto, um calendário de assuntos previstos que têm seus valores-notícia bem definidos. Os veículos tendem a seguir a pauta planejada embora “em jornal não se pode dizer que uma edição está fechada” (DINES, 1986, p. 48). São, geralmente, os editores, os encarregados por identificar o acontecimento noticiável. Editores são igualmente



informados sobre os mesmos acontecimentos e não é raro que os diversos jornais estampem as mesmas notícias no mesmo dia. O repórter, que está na rua, cumprindo suas pautas, ao contrário, se depara com acontecimentos imprevistos, não programados, que passariam em branco, sem serem mencionados, embora com alto grau de noticiabilidade. O repórter identificaria o acontecimento que poderá ser tratado como notícia, tendo ele noções sobre a engrenagem do jornal, sobre as tipificações (TUCHMAN, 1983).

Passemos para os três acontecimentos que motivaram as oito reportagens e este artigo. O jornal “deu” as notícias correspondentes a cada um deles, imprimindo saliência o que, como consequência, promoveu um redirecionamento do desfecho do acontecimento, havendo, portanto, uma transferência de agenda (MCCOMBS, 2009). Esta seria a dimensão da repercussão do acontecimento que recebe visibilidade quando atrai a atenção do jornal, e também pela sua incorporação “às dinâmicas da produção noticiosa”, quando é capturado no tempo, ganhando sentidos, sendo construído pelo jornalismo (BERGER e TAVARES, 2010, p.130). O impresso, que sempre dedicou atenção à cidade mantendo editoriais específicas, é exemplificado aqui por ter atuado a partir do *frame* escolhido pelo repórter na rua, com um olhar particular sobre ações inauditas. Os acontecimentos foram valorizados pelo ineditismo das ações de desrespeito à cidade. Nos três casos, o jornalista identificou o acontecimento em estado bruto e passa a ser o proponente do assunto (MCCOMBS, 2009).

O acontecimento nº1 foi a instalação de um *trailer* por uma imobiliária onde foi adaptado um estande de vendas de apartamentos em espaço público impedindo o livre trânsito de pedestres. Para passar o obstáculo, estes teriam que invadir a pista de rolamento e se arriscar em meio ao fluxo de veículos. A Tarde deu a notícia a partir da observação e da iniciativa do repórter que passou pelo local a caminho do endereço de outra matéria que faria. A matéria *Trailer de imobiliária estaciona na orla* (A TARDE, 6/12/2007, p. 10) começa contando exatamente o que pôde ser depreendido a partir da simples observação do repórter, que produziu o seguinte *lead*:

O trailer de uma imobiliária foi estacionado em frente ao Clube Espanhol, na Avenida Oceânica, domingo, e lá permaneceu até ontem, sem autorização da prefeitura. Sobre ele e ao lado havia cartazes com aproximadamente quatro metros quadrados e fotos de apartamentos à venda. Outros dois anúncios menores foram colocados no chão a alguns metros do veículo. Todos continham propaganda de apartamentos de luxo, em edifícios ainda não construídos – “na planta” – na Barra e na Avenida Centenário. Um toldo, mesas e cadeiras plásticas foram dispostos para atender clientes. A equipe de A Tarde iniciou a

---

reportagem às 9 horas, e ao meio-dia o espaço foi desocupado. (A TARDE, 6/12/2007, p. 10).

O início da reportagem deixa clara a situação sem que autoridades tomassem providências. A situação foi corrigida com a chegada da uma equipe de reportagem de jornal. O primeiro parágrafo descreve a apropriação indevida e a publicidade sem autorização, nem pagamento de taxas à prefeitura, conforme a legislação previa. Há também a ocupação indevida do espaço público. No primeiro parágrafo, o texto explicita que o *trailer* foi recolhido pela imobiliária, sendo este então o desfecho da experiência. No segundo parágrafo, a reportagem explica ainda mais criticamente o posicionamento do *trailer* que colocava em risco quem procurasse se desviar do obstáculo. A reportagem busca legitimar o propósito de expor a impropriedade de haver um equipamento da iniciativa privada obstruindo a calçada reservada para pedestres, não se tratando de um simples vendedor de cachorro quente, de pipoca ou de cocos. E traz o entendimento de quem passava e se deparava com a situação. A reportagem incluiu cinco entrevistados, que externaram indignação, mostrando que sabiam que a ação da imobiliária era irregular e uma que considerou a ação positiva:

Achei estranho porque é uma área pública, não sei se pode parar aqui (Márcia Lopes, 31 anos, fonoaudióloga, moradora da Ondina);

Está poluindo a passagem e o ambiente (Álvaro Costa, 26 anos, dentista);

É um lugar estratégico. Pode ser um precedente (Mário Goulart, 71 anos, engenheiro, morador da Graça);

É errado porque atrapalha o fluxo. Essa área é uma vitrine. Isso aqui não é ponto comercial, é para o lazer (Carlos Dourado, 55 anos, piloto de avião, morador da Barra);

Irá atingir quem não se sente à vontade para entrar em um estande de vendas porque não acredita que pode adquirir um apartamento. Escritório é muito formal (Cláudia Santana, 35 anos, administradora, moradora da Ondina);

Não é de impulso que se comprar um apartamento. Quem passa de carro não consegue ver o que está escrito (Paulo Bassam, 40 anos, funcionário público federal, morador da Avenida Centenário). (A TARDE, 6/12/2007, p. 10 )

A reportagem afirma que tentou entrevistar a gerente do *trailer* e saber se havia licença ou alvará para funcionamento e para exposição de publicidade. Também, na sede da imobiliária, não houve quem se dispusesse a prestar informações. O proprietário da imobiliária responsável pela instalação era o presidente da Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário (Ademi), que indicou para falar com a reportagem o diretor que não foi encontrado.

---

“Não pode fazer isso. Um estande é um empreendimento previsto pela Lei de Ordenamento do Solo. Vamos notificar, autuar, e, se não obedecer, será rebocado”, disse a superintendente e secretária municipal de Planejamento, Kátia Carmelo, à reportagem que saiu em quatro colunas, no topo da página nº 10, em cobertura exclusiva, sobre uma empresa que integra um conjunto de anunciantes tradicionais de jornais. A publicação da matéria se contrapunha aos interesses do próprio meio, que tinha como sustentação financeira a publicidade adquirida pelo setor. A imobiliária pertencia ao presidente da associação que representa a classe.

O acontecimento 2 foi a instalação de um estande em frente ao mural de azulejos comemorativos ao Descobrimento do Brasil, na praia mais frequentada da cidade, posteriormente, transferido para a areia da mesma praia, para empréstimo de artigos de desportos como pranchas, raquetes de frescobol, dentre outros, compondo a ação de marketing de uma cervejaria. O jornal A Tarde publicou três reportagens sobre o assunto, uma delas com chamada de capa com foto. O local escolhido pela cervejaria tinha jurisdição federal porque tratava-se de vizinhança imediata de dois objetos tombados pelo Iphan e pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural do Estado da Bahia (Ipac). Conforme o decreto nº 25/37, publicidade não pode ser colocada no entorno de imóveis tombados sem a anuência dos institutos de proteção.

A primeira reportagem sobre o acontecimento 2, *Ação publicitária no marco da cidade tem aval da União* (A TARDE, 18/01/2011, p.A8), foi publicada na metade superior da página, no primeiro caderno, quando a Praia do Porto da Barra é mais frequentada. O *lead* explica que o material promocional impedia a visualização do mural de azulejos do artista português Eduardo Gomes. No segundo parágrafo, a reportagem cita o decreto nº25/37 e a lei estadual nº 10.039/2006, que se referem à disposição de publicidade no entorno de objetos tombados. No terceiro parágrafo, a reportagem divulga que a ação teve autorização da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), que controla a borda marítima do território nacional, mas que nas cidades a administração fica à cargo das prefeituras. A reportagem teve como fontes frequentadores da praia, especialistas em patrimônio cultural, representantes de institutos de proteção do patrimônio, da empresa responsável pela ação e técnicos da prefeitura. A matéria termina relatando decisões tomadas, sendo uma delas a transferência do estande do lugar em frente ao painel de azulejos para a própria areia da

---

praia, ocupando em vez de 103 metros quadrados, seis. O jornal deu continuidade ao assunto, com atualizações.

No dia seguinte, A Tarde publica a segunda matéria com chamada de capa, *Iphan embarga promoção* (A TARDE, 29/01/2011, p.1), abrindo uma foto com 19,5X10 centímetros, no pé da primeira página, em que aparece uma foto do estande de madeira ocupando espaço maior que o anunciado pela empresa e com um banhista em uma cadeira. A reportagem *Iphan embarga promoção de cervejaria no Porto da Barra* (A TARDE, 29/01/2011, p.4) informava que todo o aparato de propaganda tinha sido transferido para a areia da praia. E que, à tarde, o Iphan havia emitido embargo. A reportagem também conseguiu fazer com que a Superintendência de Controle e Ordenamento do Uso do Solo (Sucom), vinculada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, notificasse a Ambev e com que o Ipac mantivesse a decisão de que, sem autorização dos órgãos competentes, o aparato não poderia permanecer. O chefe de gestão patrimonial da SPU disse que a Superintendência não entra no mérito da divulgação de marcas. “Fizemos uma vistoria e constatamos a irregularidade, porque não existe autorização para instalação de peça promocional em vizinhança de bem tombado”, disse ao jornal A Tarde (29/1/2011, p. 4) o chefe de gabinete do Iphan, Mateus Morbeck, referindo-se ao Forte de Santa Maria e ao Outeiro e Igreja de Santo Antônio da Barra.

Sem mencionar o embargo do Iphan, a assessoria da Ambev, empresa tradicionalmente anunciante de A Tarde, emitiu nota informando que continuaria com a ação até o dia seguinte, para “oferecer diversão aos baianos”. O jornal continuou controlando a permanência da promoção e no dia seguinte publicou uma foto legenda do estande ainda na praia, na página B12, em 30/01/2011. O jornal continuou agendando o assunto até o seu desfecho - a retirada da promoção do espaço público.

O acontecimento nº 3 foi a implantação de pinos de concreto para armação de uma estrutura na areia da Praia do Farol da Barra, para montagem de um camarote que funcionaria durante o carnaval, sem licença ambiental, nem autorização e pagamento para uso de espaço público. A primeira reportagem, *Polêmica cerca construção de supercamarote na Barra* (A TARDE, 26/01/2007, p. 4), ocupou página inteira, com fontes como a secretária regional da SPU, Ana Lúcia Villas Boas, esclarecendo como regularizar a obra; a chefe de gabinete da Sucom, Jandira França, informando que haveria alvará para a obra que ainda não havia começado; a assessoria de imprensa da

Sucom, respondendo sobre uma reunião com os promotores do camarote; o responsável pela construção do camarote, Maurício Castro, que afirmou que só faltavam colocar dois blocos de concreto; o representante do Grupo Abril, Alfredo Motta, que alegou não ter sido informado de que seria necessário um alvará; e o diretor da empresa Caco de Telha e irmão de Ivete Sangalo, Jesus Sangalo, dizendo que o intuito deles foi “o contrário do lucro”, dentre outros entrevistados. O jornal deu continuidade ao assunto publicando matérias nos dias 27/1/2007 e 3/2/2007, até o desfecho: o camarote não foi armado e jamais houve outra tentativa de utilizar o espaço da praia para ocupação comercial durante o carnaval. O assunto foi reproduzido em veículos de outros estados a exemplo do Terra Magazine que creditou a abordagem ao jornal A Tarde. Também houve resposta de leitores no Espaço do Leitor, na página dois do periódico.

### **Considerações finais**

Os acontecimentos jornalísticos relacionados contaram com diversos valores-notícia (GALTUNG e RUGE, 1965) e com os operadores (CHARAUDEAU, 2009) citados no início do texto. Com as reportagens sobre as três irregularidades promovidas por três representantes das indústrias mais ativas na cidade - do setor imobiliário, bebidas e carnaval - o jornal estimulou autoridades que, finalmente, tomaram providências ou emitiram pareceres esclarecendo aos leitores sobre a natureza do que se apresentava, de forma quase didática – “sabe-se que o processo de informar é um processo formador, portanto, o jornalista, em última análise, é um educador (DINES, p.118). A voz de moradores registrada nas reportagens demonstrou que há um entendimento muito claro sobre as urbanidades e sobre as irregularidades praticadas contra a cidade. As fontes especializadas legitimaram os *frames* escolhidos pela reportagem.

Fica também claro como o repórter de rua é capaz de identificar assuntos exclusivos, desde que olhe para a cidade e se aproxime dela, conhecendo inclusive a legislação que a protege de condutas que costumam causar prejuízos à convivência e à sociabilidade. O jornalismo estava pronto para disseminar informações, especialmente naquele momento em que as redes sociais não eram tão populares, acessíveis ou tão influentes na formação da opinião pública.

Embora como situações temporárias, porque a questão central de cada uma das reportagens eram montagens precarizadas e não definitivas, as ações identificadas e

transpostas pelo jornal podem ser interpretadas como síntese de condutas que vêm sendo praticadas em Salvador. O ponto a se destacar é que nem todas elas podem ser noticiadas mesmo que costumem ter consequências mais desastrosas, como teria sido o caso da construção do Edifício La Vue, que interferiria na leitura de monumentos, degradando o ambiente urbano. Exercendo a sua autonomia, o jornal publicou acontecimentos gerados por representantes de três indústrias que atuam na cidade.

## REFERÊNCIAS

AÇÃO publicitária no marco da cidade tem aval da União. **A Tarde**, Salvador, Bahia, ano 99, n.33.532, p. A8, 28 janeiro 2011.

AUGÉ, M. **Não lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Trad.: Maria Lúcia Pereira. Campinas, SP: Papyrus, 2012.

BERGER, C.; TAVARES, F.M.B. Tipologias do acontecimento jornalístico. In: **Jornalismo e Acontecimento: Mapeamentos críticos**. Orgs: Marcia Benetti e Maria Pradelina da Silveira Fonseca. Florianópolis: Insular, 2010. p.121-142.

CHARAUDEAU, P. **Discurso das Mídias**. Trad.: Angela M. S. Corrêa. São Paulo,: Contexto, 2009.

DALMONTE, E. F. **Pensar o discurso no webjornalismo: temporalidade, paratexto e comunidades de experiência**. Salvador: Edufba, 2009.

GALTUNG, J.; RUGE, M. The structure of foreign news: the presentation of the Congo, Cuba and Cyprus crises in four Norwegian newspapers, In: **Journal of International Peace Research 1**, 1965. p. 64–91.

Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (DHBB). São Paulo: FGV, 2001.

DINES, A. O papel do jornal. São Paulo: Summus, 1986.

IPHAN embarga promoção. **A Tarde**, Salvador, Bahia, ano 99, n. 33.533, p.1, 29 janeiro 2011.

IPHAN embarga promoção de cervejaria no Porto da Barra. **A Tarde**, Salvador, Bahia, ano 99, n. 33.533, p. 4, 29 janeiro 2011.

IPHAN retoma tombamento de prédios em Salvador. **Estadão**, São Paulo, São Paulo, 26 junho 2003. Disponível em: <https://viagem.estadao.com.br/noticias/geral,iphan-retoma-tombamento-de-predios-em-salvador,20030626p42874#7s8d6f87>. Acesso em: 1º junho 2019.

GARCÍA CANCLINI, N. **Diferentes, desiguais e desconectados: mapas da interculturalidade**. Trad.: Luiz Sérgio Henriques. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

GOFFMAN, E. *Frame analysis: an essay on the organization of experience*. Cambridge: Harvard University Press, 1974.

---

HALBWACKS, M. **A Memória Coletiva**. Trad.: Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

LE CORBUSIER. **Planejamento Urbano**. Coleção Debates. 2ª ed. Trad.: Lúcio Machado. São Paulo, Ed. Perspectiva, 1971.

PARK, R. E. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: **O fenômeno urbano**. Org.: Otávio Guilherme Velho. Trad.: Sérgio Magalhães Santeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. P. 29-72.

POLÊMICA cerca construção de supercamarote na Barra. **A Tarde**, Salvador, Bahia, ano 95, n. 32.069, p. 4, 26 de janeiro de 2007.

RISÉRIO, A. **Uma história da Cidade da Bahia**. Rio de Janeiro: Versal, 2004.

RODRIGO ALSINA, M. **A construção da notícia**. Trad.: Jacob A. Pierce. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

SANTOS, M. Classificação funcional dos jornais brasileiros. As regiões jornalísticas In: TAVARES, Luis Guilherme (org). **Apontamentos para a história da imprensa na Bahia**. 2ª ed. Salvador: Academia de Letras da Bahia, 2008. p. 177-184.

SETE meses após embargo, obras de prédio de luxo que motivou saída de Geddel do governo seguem suspensas na BA. **G1, Bahia**, Salvador, Bahia, 7 julho 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/bahia/noticia/sete-meses-apos-embargo-obras-de-predio-de-luxo-que-motivou-saida-de-geddel-do-governo-seguem-suspensas-na-ba.ghtml> Acesso em: 1º junho 2019.

SHOEMAKER, P. J. **Teoria do gatekeeping: seleção e construção da notícia**. Trad.: Vivian Nickel. Porto Alegre: Penso, 2011.

TRAILER de imobiliária estaciona na orla. **A Tarde**, Salvador, Bahia, ano 95, p.10, 6 dezembro 2007.

TUCHMAN, G. **La producción de la noticia: Estudios sobre la construcción de la realidad**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili S.A., 1983.

WEINSTEIN, M. **O patrimônio cultural na imprensa da Bahia: entre o Centro Histórico (anos 90) e a Vitória (início dos anos 2000)**. Tese (Doutorado em Cultura e Sociedade). Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2011.